

NACIONALISMO, COLONIALISMO E IMIGRAÇÃO NA LITERATURA PORTUGUESA

NACIONALISMO, COLONIALISMO E INMIGRACIÓN EN LA LITERATURA PORTUGUESA

José Luís Giovanoni Fornos*

RESUMO: O presente ensaio aborda as questões do nacionalismo, do colonialismo e da imigração em diferentes textos da literatura portuguesa a partir das reflexões teóricas de Boaventura de Sousa Santos, Edward Said, entre outros. Temática recorrente na ficção portuguesa, nacionalismo, imigração e colonialismo são categorias que exigem um cuidado quando examinadas à luz de Portugal, uma vez que a representação e o papel exercido pelo Estado nacional em relação ao sistema mundial estão permeados de contradições e ambigüidades, refletindo-se nas posições das personagens.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo. Exílio. Imigração. Literatura Portuguesa. Nacionalismo.

Num conhecido ensaio intitulado *Modernidade, identidade e cultura de fronteira*, Boaventura de Sousa Santos (1995) não hesita em defender a seguinte hipótese de trabalho: “a cultura portuguesa não tem conteúdo. Tem apenas forma, e essa forma é a da fronteira” (SANTOS, 1995, p.151) Tal hipótese deriva de que, em Portugal, o Estado nunca desempenhou completamente seu papel, isto é, criar uma diferenciação cultural face às culturas do exterior, instaurando, por sua vez, uma homogeneidade cultural no interior do próprio território nacional.

Para o referido sociólogo, o Estado português teve, historicamente, dificuldades em estabelecer essa dúplice função. Nesse caso, os espaços locais e transnacionais da cultura portuguesa foram sempre ricos; só o espaço intermédio, nacional, foi e é deficitário. Tal fato significou que, enquanto identidade nacional, “Portugal nem foi nunca suficientemente semelhante às identificações culturais positivas que eram as culturas europeias, nem foi nunca suficientemente diferente das identificações negativas que eram, desde o século XV, os outros, os não europeus” (SANTOS, 1995, p.151).

Na trajetória político-cultural da modernidade, o país pode ser representado tanto como o europeu civilizado como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante. Nesse sentido, Portugal nunca exerceu com eficiência os propósitos colonialistas, sendo afetado por essa matriz que Boaventura denomina de “semi-periférica”. Se por um lado resulta numa fragilidade orgânica do Estado, torna-se, por outro, um espaço potencializador para o desenvolvimento de subjetividades híbridas, sintetizadas na cultura de fronteira. É na zona fronteira que os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias.

Sendo as possibilidades de identificação e de criação cultural imensas, torna-se possível pensar um paradigma emergente de transformação social, pois tal espaço fronteiro

* Doutor em Teoria da Literatura pela PUC-RS e professor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. (FURG)

possibilita, entre outros aspectos, a invenção de novas formas de sociabilidade, já que as hierarquias estabelecidas são demarcadas pela fragilidade e porosidade, havendo uma relação fluída entre estranhos e íntimos. Somam-se a essas características, a mistura de heranças e invenções e o uso seletivo e instrumental das tradições trazidas para tal espaço por imigrantes.

Dessa forma, os imigrantes devem ser tomados como personagens centrais na configuração das chamadas geografias nacionais, enriquecendo o debate acerca da categoria nação, problematizando a historiografia literária. Como enfatiza Edward Said, “a moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados” (SAID, 2003, p. 46). Tal proposição coaduna-se com a proposta de trabalho acerca do estudo da literatura de Homi Bhabha quando afirma:

O estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções de alteridade. Talvez possamos agora sugerir que histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos – essas condições de fronteira e divisas – possam ser o terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão de tradições nacionais, antes o tema central da literatura mundial (BHABHA, 1998, p. 33).

Em inúmeros textos produzidos pelos escritores portugueses, em diferentes períodos da história, é recorrente a presença do sujeito migrante, exilado, do colono. Dividido entre a tarefa da colonização e os desejos de uma vida melhor em outras terras, somados aos exílios causados pelo banimento político, Portugal pode ser visto como país paradigmático acerca dos condicionamentos diaspóricos. Da lírica trovadoresca, passando pelo texto épico camoniano à produção mais recente dos chamados romancistas da geração de Abril,¹ a literatura portuguesa sempre revelou personagens em trânsito, afirmação essa que se constrói na necessidade de busca da identidade nacional a partir da dialética exterior/interior.

Viajantes, colonizadores, imigrantes, aventureiros, exilados, entre outros, são figuras permanentes, alimentando um imaginário repleto de múltiplas possibilidades de troca e domínio. Da força bruta do colonialismo à construção de uma vida material e intelectual em outros territórios, vão se estabelecendo parâmetros identitários marcados pela recusa e partilha, ou, como adverte Homi Bhabha, pelo vínculo destrutivo e criativo, pela ambivalência e hibridez: “é sempre em relação ao lugar do outro que o desejo colonial é articulado: o espaço fantasmático da posse, que nenhum sujeito pode ocupar sozinho ou de modo fixo e, portanto, permite o sonho da inversão dos papéis” (BHABHA, 1998, p.76).

¹ Refere-se àqueles escritores que escrevem sob o signo de um novo contexto político: A Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, ocasionando a queda de um longo período autoritário que se convencionou chamar de Salazarismo.

É nesse espaço fantasmático da posse – a zona fronteira - assinalada pela hibridação, selvagem ou civilizada, ² que o diálogo acontece. Todavia, é preciso salientar que tal dimensão epistemológica sobre a identidade cultural dos povos foi, de resto, silenciada. A criação ficcional dos projetos nacionalistas de independência, empenhada na elaboração de um mapa estético e ideológico que assegurava unidade e homogeneidade cultural, na prática, mantém nas margens sujeitos da heterogeneidade étnica e social. Embora os processos históricos de formação identitária tenham variações distintas na sua construção, a idéia da comunidade política imaginada culmina na lealdade dos sujeitos em torno da cultura nacional.

A articulação do nacionalismo com o projeto do estado moderno da burguesia e sua expansão geográfica gera a defesa da homogeneidade territorial, conduzida, inicialmente, do espaço europeu. Nesse sentido, convém salientar que escritores, ainda que descontentes com as desigualdades sociais na terra natal, mantêm restrito o alcance de seus olhares acerca da relação do estado nacional com os chamados territórios colonizados. A essência da crítica está na dialética da regulação/emancipação que envolve os diferentes atores em território nacional. Assim, o colonialismo, central na edificação econômica e política do Estado-Nação, merece pouco destaque dos intelectuais metropolitanos.

Tais proposições podem ser validadas a partir da análise de textos literários produzidos por escritores portugueses. No século XIX, Eça de Queirós, intelectual crítico da condição subalterna de seu país, é um dos exemplos significativos. As personagens queiroseanas centram suas análises na acusação severa ao atraso nacional, confrontando a resignação popular e o descaso da burguesia parasitária. O reconhecimento do outro – o espaço brasileiro e, em especial o africano – é diminuto, cabendo às personagens que se deslocam a reflexão e elaboração de relatos rápidos acerca da passagem em territórios alheios, vistos como espaços exclusivos para o acúmulo de riquezas, por vezes, duvidoso.

Os detalhes dessa operação de acumulação capitalista, através de uma estrutura colonial, são suprimidos. É exemplar a situação de Basílio em sua estada no Brasil após a falência econômica da família em Portugal. Sabe-se, sucintamente, que o jovem se envolvia em negócios na Amazônia, aproveitando a expansão do ciclo da borracha naquela região. Em outra passagem do romance, quando interrogado por Luísa acerca dos amores no Brasil,

² Boaventura de Sousa Santos adverte para os riscos de se celebrar a condição híbrida diaspórica como situação que “permite uma infinita criatividade”, uma vez que a mesma tem sido freqüentemente utilizada “para ocultar as realidades imediatas, econômicas, sociais, políticas e culturais dos imigrantes ou das comunidades diaspóricas.” Segundo o autor, “a aura pós-colonial, a celebração da diáspora e o enaltecimento da estética da hibridiz tendem a ocultar os conflitos sociais reais em que os grupos imigrantes ou diaspóricos envolvidos, e sempre em posições de poder que lhe são desfavoráveis...” (p. 240). SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

Basílio, em tom de desdém e preconceito, diz que recusara casar-se com uma mulata na Bahia. Assim como Basílio, a personagem Gonçalo Ramires, de *A ilustre casa de Ramires*, após a ascensão política, parte para África, aumentando sua riqueza. Sobre a forma de enriquecimento, detalhe algum é narrado.

O escritor Abel Botelho, contemporâneo de Eça, num conto intitulado *A consoada*, igualmente formula sua crítica ao atraso econômico português, obrigando a população pobre do campo a emigrar. Depois de sete anos em Lourenço Marques,³ atuando como administrador de uma mina, a personagem José Ventura retorna à terra natal apto, agora, a dar sustento à família. A finalidade é a de enaltecer a coragem do imigrante português que, submetendo-se aos perigos na colônia africana, supera, da mesma maneira, as dificuldades impostas por seu país de origem. Há uma crítica à nação que expulsa seus “filhos”. Todavia, com perseverança, tais portugueses retornam à pátria para fazê-la florescer. Esse reflorescimento monetário possivelmente conquistado através de um sistema de produção de mão de obra escrava. Também, neste caso, o escritor português cala-se acerca dessa apropriação, sonhando informações acerca do empreendimento imperial.

No deslocamento para os países centrais da Europa, o enquadramento das ações e os valores daí extraídos através dos sujeitos narradores é outro. No poema intitulado *Lusitânia no bairro latino*, presente no livro *Só*, António Nobre aborda a condição do português imigrante. Seu destino é o bairro latino de Paris, conhecido por abrigar imigrantes pobres de diferentes nacionalidades. A condição subalterna do sujeito é evidenciada na primeira estrofe quando, na relação econômico-cultural Portugal-França, a nação portuguesa mantém-se posicionada na periferia. Na seqüência dos versos, o lusíada, caracterizado de coitado que, vindo de longe, pobre, sujo, visto com indiferença pelos nativos, teria melhores chances caso tivesse emigrado para o Brasil.

Na relação com a ex-colônia, o português teria um reconhecimento maior em virtude dos hábitos lingüísticos e culturais, estabelecendo uma relação de igualdade ou superioridade. O trecho exposto indica a posição semi-periférica ocupada por Portugal no sistema mundial. O livro *Só* aponta para o passado como alternativa, acusando as dificuldades atuais sofridas pelo português que acaba por refugiar-se em ambientes culturais estranhos. Na totalidade dos poemas, destaca-se a voz saudosa e melancólica do poeta que, diante das mudanças da terra natal, canta sua infância, marcada pelas romarias religiosas, pelas figuras familiares e populares de sua aldeia.

³ Atualmente Maputo, denominação dada à capital de Moçambique após a independência do país em 25 de junho de 1975.

A representação do espaço nacional em António Nobre assenta-se na perda funesta de um passado, assinalado pela imagem de um Portugal campesino, familiar, religioso e popular, agora ausente. Tal imagem perdura em muitos escritores do século seguinte, quando a literatura portuguesa apresenta igualmente numerosos textos ficcionais que abordam a relação colonialismo, nacionalidade, imigração e exílio. Entre tantos, destaca-se a novela *Leáh*, de José Rodrigues Miguéis, em que o tema do exílio se articula com os conflitos existenciais de um jovem intelectual português na Bélgica.

Nesse país, Carlos narra sua experiência amorosa com uma imigrante francesa, empregada de uma pensão, que põe em xeque o comportamento identitário do jovem enquanto português tímido da serra. Atraído pela espontaneidade alegre de Léah, estendendo-a, quem sabe, à reminiscência da imagem de uma alguma aldeã de sua terra natal, Carlos, ensimesmado, vê dificuldades no relacionamento devido aos distintos hábitos intelectuais, constituindo esses em sério interdito para a realização definitiva da união. Assinalado pela solidão e entusiasmo pelo estudo que lhe trazem inquietação e orgulho, Carlos acusa a dor da ausência da terra natal e o vínculo a uma determinada classe.

Tal condição é vivida contraditoriamente, já que o território cultural que lhe dá origem – a serra portuguesa - não é visto com euforia, ainda que tal região esteja inconscientemente ou não, representado-a através de Léah, figura feminina que simboliza a equação originária entre classe popular e solo pátrio. Se Léah representa a recuperação da memória da identidade regional marcada possivelmente por uma vida pobre numa aldeia portuguesa, de outro modo, ela se distancia, enquanto referência atual, quando Carlos, em que pese os desafios do “ser português”, ascende à categoria de sujeito intelectual que, através do estudo, possui interesses que o afastam desse encontro. A narrativa expõe o conflito entre o desejo físico com a paixão pelo conhecimento científico que lhe interdita o relacionamento com uma moça imigrante, semi-analfabeta que, todavia, lhe oferece a alegria da carne e espontaneidade da alma.

O conflito existencial transforma o rapaz em um sujeito indeciso, covarde, cultivando uma vida regrada na solidão das leituras que, por sua vez, leva-o ao questionamento da validade dos estudos, sacrificando, por fim, a possibilidade da realização amorosa. Dividido, insatisfeito, solitário, a Carlos lhe resta converter seu drama identitário em relato, fazendo da escrita um destino. Adotando a postura da representação do intelectual como sujeito solitário, estrangeiro crítico do mundo, que lhe gera uma melancolia doentia, teme partilhar uma vida em comum com alguém. O comportamento de Carlos é balizado pelo preconceito e pelo temor da perda de liberdade que a pesquisa requer. Tais preceitos desautorizam Carlos a arriscar uma vida em família que, embora desejada, causa-lhe apreensão.

Covardia e ambigüidade caracterizam as atitudes do jovem que, diante do desafio de existir, dá prioridade à aventura da escrita e do estudo. Numa auto-reflexão lúcida, em outro período da vida, Carlos confessa a estupidez do seu egoísmo, amparado pela covardia:

Mas que covardia, que expectativa, ambições, vaidades talvez me retiveram? A que esperanças, a que deveres me deixei ser fiel? Ri, ri da mansarda heróica que tu me propunhas, e era no fundo talvez, a mesma com que eu sonhava. Mas quem venceu dentro de mim, Leáh, não foi o virtuoso, foi o cobarde. A covardia pode muito, a covardia é heróica quando se mascara de altos propósitos! Eu não sabia exactamente o que queria ou esperava da vida, das minhas ainda confusas ambições... E tu, que querias tu? Conhecer mundo, as batalhas da vida, o sacrifício, a união de dois seres que labutam e gozam, criam e sofrem juntos? O teu sonho era alto demais para o cobarde, ou simples de mais para o ambicioso. E foi por isso. Vejo hoje com clareza que, desejando ardentemente o amor e as suas satisfações, eu pretendia egoisticamente que ele se integrasse na minha vida sem lhe alterar as diretrizes e intenções (MIGUÉIS, 1999, p. 35).

Leáh é uma narrativa ambiciosa que estampa o desafio das identidades, marcado pelas diferenças sociais, intelectuais e regionais. A pensão, dirigida pela alcoólatra Lambertin, revela tal propósito, apresentando figuras de distintos lugares, projetando, simbolicamente, os conflitos identitários, fruto da partida e chegada de representantes de diferentes nacionalidades e culturas.

A discussão em torno da nacionalidade e da imigração está presente no romance *O vale da paixão*, de Lídia Jorge, editado em 1998. O livro abarca os últimos 50 anos da vida nacional portuguesa, interrogando, através da vivência individual, o autoritarismo, o conservadorismo do regime salazarista e sua lenta agonia. Encerra-se na década de 80, período em que os efeitos da fragmentação ideológica e identitária causam perplexidade e desalento, mas, ao mesmo tempo, proporciona a introspecção reflexiva, momento em que a memória escrita assume papel importante na reavaliação historiográfica e ideológica de Portugal.

A diáspora portuguesa em virtude do conservadorismo e das dificuldades econômicas é uma das temáticas do romance. A dispersão da família Dias, narrada pela filha de Walter, acaba por produzir um efeito significativo na dinâmica da história. Dominados pelo regime de trabalho severo do pai, cada filho, secretamente, planeja, ano após ano, a saída do país, abandonando o proprietário de terras. Vão para América em busca de riqueza, de uma vida menos dura, livre do jugo paterno, espécie de pai-patrão, síntese simbólica da tirania nacional do período. Assim é descrita a saída dos filhos, noras, genros de Francisco Dias pela neta, narradora do romance, personagem que não abandona o avô:

Na noite de chuva, ela tinha nos olhos os filhos de Francisco Dias virando as costas aos trigos, às cargas para cima das debulhadoras, às lavras, às jeiras, virando costas

ao mundo dos campos de Valmares, para se entregarem a pacotes cujas fotografias ajudavam a alimentar a idéia do High-Monarch, a barca britânica que levava Walter. Via-os libertarem-se, silenciosos, combinados, soltando gritos temerários por cima do mar. Primeiro Fernandes e Joaquim, em 1953, depois Manuel e Luís, em 1954, João em 1956 e Inácio em 1957. Afastando-se, desaparecendo, sumindo-se maravilhosamente ao longe, afundando-se em trabalhos estranhos e árduos, confundidos uns com os outros, mandando ir em seguida as mulheres e filhos, para não voltarem, para serem mais ferozes e mais duros com Francisco Dias (JORGE, 1998, p. 87).

Tais personagens partem, não retornando jamais ao país natal. Das raras e ralas notícias emitidas por cartas, deles pouco se sabe, cabendo à filha de Walter traduzir o pensamento imigrante de seus tios para atenuar a ansiedade e o desgosto de Francisco Dias. Antes dos irmãos, também Walter havia partido, recusando as imposições do pai. O “trotamundos”, como o chamavam Francisco e irmãos, visitara diversas cidades, países, retornando às terras do pai em três ocasiões, que expunham as relações de conflito familiar com os demais membros, advindo do relacionamento com Maria Ema ainda na juventude e a desobediência juvenil, retratada pelo interesse do jovem pelo desenho de figuras nuas e pássaros, arte estimulada pela escola. O ideal de liberdade marca o imaginário de Walter, contrariando a ideologia do trabalho da terra como prática cultural dignificada.

O vale da paixão é regido sob o signo das territorialidades identitárias em transição, testadas na experiência viva do cotidiano, trazida à consciência dos sujeitos através da memória, da escrita e da diáspora. O conflito ficar ou partir, pressionado pelo momento econômico e político, encerra-se em torno de um marco histórico que baliza sua produção artística: o salazarismo. Lídia Jorge apresenta-o sob olhar da mulher, mediado à luz do exílio e da imigração, revistos com ironia e emoção.

Embora, em *O vale da paixão*, não haja uma descrição minuciosa da fratura identitária do ser imigrante e exilado, optando preferencialmente pela discussão do espaço nacional, através daqueles que permanecem, é importante destacar que há uma correspondência inevitável entre as categorias, como observa Edward Said. O exílio é impensável sem uma representação da nacionalidade. Ambas as categorias devem ser vistas e examinadas dialeticamente, evitando a cristalização conceitual e histórica, o que poderia corroborar com políticas fascistas e autoritárias. Nesse sentido, são oportunas duas observações de Said. A primeira é extraída da escritora alemã Simone Weil: “ter raízes é talvez a necessidade mais importante e menos reconhecida da alma humana.” A segunda é um alerta acerca dos perigos desse enraizamento marcado pela adoração absoluta às pátrias. Para Said:

O exilado sabe que, num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias. Fronteiras e barreiras, que nos fecham na segurança de um território familiar, também podem se tornar prisões e são, com frequência, defendidas para

além da razão ou da necessidade. O exilado atravessa fronteiras, rompe barreiras do pensamento e da experiência. (SAID, 2003, p. 58).

Embora o trecho refira-se à condição do exilado, pode igualmente ser estendido a do ser migrante que, na ausência da pátria, pode transformá-la, e, normalmente, o faz, numa espécie de paraíso perdido onde as coisas boas estão armazenadas no lá distante. Os aspectos que alimentam a imaginação do imigrante são vários, sendo a língua, a política e a culinária, quase sempre, os referentes prediletos. O último elemento é lembrado por Maria Zilda Ferreira Cury, professora da Universidade Federal de Minas Gerais com uma linha de pesquisa na área de literatura e imigração. Escreve a estudiosa:

A comida é o elemento que bem caracteriza o discurso do imigrante, exemplo das ligações ainda mantidas com a terra de origem. Os estudos sociológicos registram que ela é lembrada como um fator a unir a vizinhança nos bairros étnicos, representando uma ponte para a terra de origem, manutenção de um paladar e de uma identidade. É a comida um elo importante que recupera a memória da pátria, mas igualmente a figura materna, o afeto familiar, os parentes mortos, a infância. (KURI, 2006, p. 21).

É extraordinária a influência da culinária na figura de Jacinto em *A cidade e as serras*. Sem jamais ter pisado na terra natal dos seus antepassados, a personagem vive em Paris desde o nascimento. Ali é acometido por uma embriaguez nacionalista iniciada com o desejo de provar quitutes da culinária portuguesa. Ainda que preparados em solo francês, os mesmos não possuem o sabor original, decepcionando o paladar da personagem. Em Portugal, na região onde vivera os Jacintos, é levado ao êxtase ao experimentar comida e bebida locais:

E o meu príncipe, na verdade, parecia saciar uma velhíssima fome e uma longa saudade da abundância, rompendo assim, a cada travessa, em louvores mais copiosos. Diante do louro frango assado no espeto e da salada que ele apeteceu na horta, agora temperada com um azeite da serra digno dos lábios de Platão, terminou por bradar: - É divino – Mas nada o entusiasmava como o vinho de Tormes, caindo de alto, da bojuda infusa verde – um vinho fresco, esperto, seivoso, e tendo mais alma, entrando mais na alma, que muito poema ou livro santo (QUEIRÓS, 1971, p. 155).

Em *Os Maias*, cabem às mulheres os “males da ausência”, em especial, à esposa de Afonso da Maia. O exílio, para a senhora Maia, é o sujeito cortado de suas raízes, representadas pelo clima saudável e religioso de Lisboa. A ausência da língua, religião, família e pátria contribuem para o seu desamparo afetivo e identitário. A personagem Maria Eduarda, embora não tenha sido expulsa compulsoriamente de seu país, não traz boas recordações do exterior. No relato a Carlos, a irmã, para justificar a situação atual, faz um diagnóstico histórico e pungente da sua estada com a mãe em Paris e Londres, narrando os efeitos da guerra e da recessão econômica na vida dos emigrantes e exilados.

A descrição da moça se divide entre a origem suspeita dos expatriados e a ausência de oportunidades de trabalho. Sobre a vida em Paris, Maria Eduarda tece os seguintes comentários: “Mudaram-se, então, para um terceiro andar da Chaussée-d’Antin. Aí começou a aparecer uma gente desconhecida e suspeita. Eram valáquios de grandes bigodes; peruanos com diamantes falsos, e condes romanos que escondiam para dentro das mangas os punhos enxovalhados... Por vezes, entre esta malta vinha algum *gentleman*” (QUEIRÓS, 2001, p.403).

A vida em Londres é narrada a partir da experiência do desemprego e os riscos que acometem as mulheres solitárias que se encontram sem o amparo masculino na cidade grande:

Em Londres ela, desorientada na enorme e estranha cidade, doente também, deixara-se levar pelas tontas idéias da mãe. Tomaram uma casa mobilada, muito cara, nos bairros de luxo, ao pé da Mayfair. A mamã falava em organizar ali o centro de resistência dos bonapartistas refugiados; no fundo, a desgraçada pensava em criar uma casa de jogo em Londres. Mas ai! Eram outros tempos... Os imperialistas, sem império, não jogavam já o bacará. E elas em breve, sem rendimentos, gastando sempre, tinham-se achado com aquela dispendiosa casa, três criados, contas colossais e uma nota de cinco libras no fundo de uma gaveta. Foi necessário vender todas as jóias, vestidos, até peliças. Alugaram então, no bairro pobre do Soho, três quartos mobilados. Era o *lodging* de Londres em toda a sua suja, solitária tristeza. Uma noite, um sábado de grande nevoeiro, indo empenhar um chambre de rendas da mamã, perdera-se, errara na vasta Londres numa treva amarelada, a tiritar de frio, quase com fome, perseguida por dois brutos que empestavam a álcool. Para lhes fugir atirou-se para dentro de um *cab* que a levou para casa. Mas não tinha um *penny* para pagar o cocheiro. O homem resmungou; ela, sucumbida, ali mesmo na porta rompeu a chorar. Então o cocheiro desceu da almofada, comovido, ofereceu-se para a levar de graça ao prego, onde ajustariam as suas contas. Ela, no entanto, procurava uma ocupação qualquer – costura, bordados, traduções, cópias de manuscritos... Não achava nada. Naquele duro inverno o trabalho escasseava em Londres; surgira uma multidão de franceses, pobres como ela, lutando pelo pão (QUEIRÓS, 2003, p.405-406).

Exemplos não faltam à literatura e, em especial a de Portugal, país que historicamente levou parte de sua população a desembarcar, por múltiplas razões, em diferentes continentes do planeta, criando, segundo Boaventura de Sousa Santos, uma cultura de fronteira, um sistema forjado a partir do diálogo intercultural das distintas identidades nacionais, étnicas e raciais. O espaço híbrido da cultura de fronteira potencializa políticas identitárias rumo ao reconhecimento das identidades marginais e da distribuição justa das riquezas produzidas mundialmente.

Como sintetiza Boaventura de Sousa Santos, “As políticas emancipatórias e a invenção de novas cidadanias jogam-se no terreno da tensão entre igualdade e diferença, entre a exigência de reconhecimento e o imperativo da redistribuição” (SANTOS, 2003, p. 63). Examinar os textos em vista dessa proposição, compreendendo igualmente que as identidades

não são rígidas e imutáveis, tratando-se, em última instância, de negociações de sentido que envolvem choques de temporalidades em constante processo de transformação. A dialetização do espaço amplia os olhares acerca dos sujeitos, reconhecendo-os como identificações históricas em curso.

RESUMEN: El presente ensayo plantea cuestiones de nacionalismo, colonialismo e inmigración en distintos textos de la literatura portuguesa, a partir de las reflexiones teóricas del sociólogo Boaventura de Sousa Santos, Edward Said, entre otros. Temática recurrente en la ficción portuguesa, nacionalismo, colonialismo e inmigración son categorías que exigen un cuidado cuando examinadas a la luz de Portugal, una vez que la representación y el papel ejercido por el Estado nacional en relación al sistema mundial están permeados de contradicciones y ambigüedades, reflejándose en las posiciones de los personajes.

PALABRAS-CLAVE: Colonialismo. Exilio. Inmigración. Literatura Portuguesa. Nacionalismo.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BOTELHO, Abel. A consoada. In: MOISÉS, Massaud.(Org.) *O conto português*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Uma luz na escuridão: imigração e memória. In: CURY, M. Z. F. *Literatura e imigração*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio Grande: FURG, 2006.
- JORGE, Lúcia. *O vale da paixão*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- MIGUÉS, José Rodrigues. *Léah e outras histórias*. 11. ed. Lisboa: Estampa, 1997.
- NOBRE, António. *Só*. Porto: Europa-América, s/d.
- QUEIRÓS, Eça de. *A cidade e as serras*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1978.
- QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. Rio de Janeiro: Landim, 2001.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.